





## Abertura

Na passagem dos 40 anos sobre a sua instituição, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) realiza um conjunto de iniciativas de reflexão, debate e prospectiva sobre a sua história e a evolução do modelo de desenvolvimento português e a sua regionalização.

O programa de eventos de 8 de Setembro de 2009, que aqui se apresenta, evoca a memória da instituição e a cultura de política regional que contribui para criar em Portugal, mas projecta e interroga também o futuro das Regiões e, muito em particular, do Norte de Portugal num momento decisivo da sua história.

O Presidente da CCDR-N,

Carlos Lage

## Programa da Acção Comemorativa

CCDRN, 8 de Setembro de 2009

Conferência Comemorativa dos 40 Anos da CCDR-N  
“Testemunhos, Balanço e Perspectivas”

Auditório da CCDR-N e Foyer

- 10.00 Abertura  
Presidente da CCDRN, Carlos Lage  
Presidente do Conselho Regional, Francisco Araújo
- 10.30 40 Anos de História, Estórias e Testemunhos: Balanço e Perspectivas  
Luís Valente de Oliveira  
Luís Braga da Cruz
- 11.10 Desconcentração e Descentralização Regional: Balanço e Perspectivas  
Pedro Bacelar de Vasconcelos
- 11.30 Debate
- 12.00 Série “Memória e Prospectiva”: Apresentação  
António Melo  
Ilídio de Araújo
- 12.30 Encerramento  
Presidente da CCDRN  
*Porto de Honra*

## Programa da Acção Comemorativa

Mosteiro de São Bento da Vitória, 8 de Setembro de 2009

Conferência-Debate & Jantar Comemorativo  
“Modernizar o Estado, Aprofundar a Democracia, Desenvolver as Regiões: A Regionalização da Próxima Legislatura?”

- 16.30 Recepção dos Convidados  
Abertura  
“A Região do Norte Hoje: Tendências e Desafios”  
Mário Rui Silva
- 17.00 Mesa Redonda  
Moderação:  
Luís Costa  
Luís Valente de Oliveira  
António Pires de Lima  
João Fernandes  
Cristina de Azevedo  
Rui Moreira  
José António Barros  
Comentário: Carlos Lage e Francisco Araújo
- 19.30 Jantar Buffet
- 21.00 Momento Musical
- 22.00 Brinde 40 Anos

# CCDR-N, 40 ANOS.

*Para uma breve genealogia*

*«A história não diz o que nós somos, mas o  
que estamos em vias de nos tornar.»*

*Gilles Deleuze*

O planeamento como “adn”

Uma genealogia da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) leva-nos até 1969, data em que são instituídas as Comissões Consultivas Regionais, meses depois rebaptizadas de Comissões de Planeamento Regional. Por influência do pensamento universitário e da cultura que chegava de fora, o planeamento regional entrava no jargão das políticas públicas. Já então se preconizava a exigente missão de promover uma “articulação” de “políticas sectoriais” (transportes, infra-estruturas, actividades económicas, ...) com uma visão “territorial” do desenvolvimento do país. Que, dez anos mais tarde, seria projectado no célebre “C” de “coordenação”, na designação social da instituição, a meio caminho entre uma aspiração e uma promessa.

Mas os começos foram de instalação lenta. Apenas em 1971 é nomeado o primeiro presidente (João Mota Pereira Campos), alugadas as primeiras instalações, na rua da Constituição, no Porto, e contratados os primeiros colaboradores. Para falarmos de corpos técnicos, propriamente ditos, teremos porém de esperar alguns anos, na segunda metade da década de 70, na presidência de Luís Valente de Oliveira, que se não figura nesta genealogia como “fundador” inscrever-se-á, porventura, como seu primeiro “doutrinador”.

Os primeiros contributos em matéria de planeamento nascem ainda antes de 1974, na preparação do IV Plano de Fomento, mas será na década de 80 que o “adn” do planeamento encontra o seu espaço vital de realização, em resultado da grande capacitação técnica da instituição.

Nos anos 80, muito é estudado, de forma pioneira. Quase nada parece esquecido: urbanismo e ordenamento do território, política agrícola e desenvolvimento rural, turismo e desenvolvimento económico, transportes (nos seus diversos modos) e água, municipalização e regionalização.

É nessa altura que nasce a primeira geração de planos directores municipais e de desenvolvimento integrado nas subregiões, de que o Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes e a Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave são herdeiros, entre outros. Publica-se com muita intensidade: manuais, guias e documentos de referência; siglas complexas criam uma nova linguagem. “PDM”, “PGIRHN”, “PDRITM”, “PROZED”, só para dar alguns exemplos, introduzem-se no vocabulário. A CCRN - Comissão de Coordenação da Região Norte, na designação adquirida em 1979 e que vigoraria por mais de duas décadas, ocupa um lugar: é a referência de planeamento na Região do Norte.

As décadas seguintes, muito marcadas pela integração no espaço da Comunidade Europeia, estão longe de trair essa vocação e esse traço fundamental de identidade, podendo mesmo dizer-se que os consolidam. Testemunham-no iniciativas marcantes como as do “Diagnóstico Prospectivo da Região do Norte” de 1998, no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000/2006, do “NORTE 2015” e da sua estratégia regional de desenvolvimento 2007/2013, concluída em 2006, de que resultou o exercício de planeamento com participação e notoriedade públicas porventura mais assinaláveis, mas também do Plano Regional de Ordenamento do Território apresentado já em 2009.

Já depois disso, e para dar continuidade à experiência “NORTE 2015”, toma-se a iniciativa de elaborar um programa de competitividade para a Região do Norte, num momento crítico e de grande mudança na base produtiva e de incerteza na economia internacional. Chamam-se peritos, universidades e decisores a cooperar em “agendas temáticas”. Querem-se planos, sim, mas de “acção”, voltados para os “factores dinâmicos da competitividade” e para a regeneração do fôlego económico regional: inovação, indústrias criativas, internacionalização, acolhimento empresarial, mobilidade e logística, energia, turismo, mas também empregabilidade. E daqui resultarão estímulos para a formação regional de “clusters” e “pólos de competitividade e tecnologia”.

Mas a primeira década de 2000 intensificará a emergência de outras e novas responsabilidades que os anos 90 vinham assinalando, obrigando à diversificação da casa: dir-se-á que a dimensão do estudo e planeamento é balanceada pela crescente dimensão executiva e de gestão, onde pontuam os fundos e programas comunitários, designadamente através de sucessivos programas operacionais regionais, progressivamente exigentes, mas não só. A cultura da organização conhece mutações. E região e país não deixam de evoluir.

Uma história recente do país

A história da CCDR-N está para a história do país como a face de uma folha de papel está para o seu verso. Não há forma de as discernir ou separar. Poucas organizações testemunharão tão marcadamente a história recente do país na sua mutação, como esta. Desde logo em resultado da criação do poder local democrático em Portugal saído da revolução de 1974 e da nova Constituição da República. O apoio à consolidação técnica e organizativa dos municípios passou, então, a constituir um objectivo decisivo, em função do qual a então CCRN se estruturou e orientou a sua acção.

É nesse contexto que surgem as direcções de serviço de apoio à administração local e os Gabinetes de Apoio Técnico (GAT) distribuídos na região, cuja instituição formal ocorre em 1979, embora já em actividade anos antes. Nesse mesmo ano de 1979 é instituído o primeiro Conselho Regional, com representação municipal, e são definidas as actuais áreas de intervenção geográfica. Os GAT, em particular, moldam uma cultura: o intermunicipalismo e o associativismo municipal são herdeiros contemporâneos da sua experiência, extinta a 30 de Junho de 2008. Originalmente destinados a prestar apoio técnico a municípios nos domínios da engenharia, arquitectura e topografia, e tendo obtido grande experiência nem candidaturas a financiamento comunitário, os GAT foram-se transformando numa estrutura particularmente apta para o desenvolvimento de iniciativas intermunicipais.

Tudo, porém, que respeita ao desenvolvimento municipal interessa à então CCRN. Até áreas quase desconhecidas por volta de 80, como a formação de recursos humanos e a modernização administrativa, cedo ganham lugar: são desenvolvidos programas de formação em gestão avançada, estudos de pós-graduação no exterior em domínios do planeamento, administração pública, economia regional, entre outros. Dessa dinâmica nascerá, mais tarde, o Instituto de Gestão e Administração Pública no Porto. E será ainda na Comissão que a informatização municipal dá os primeiros passos e se expande.

Também o desenvolvimento metropolitano do Grande Porto concentra as atenções: o seu ordenamento, reabilitação urbana, património e centro históricos e dinamização económica. Quando em 2001 se aprova, ao abrigo do Programa Operacional Regional do Norte 2000/2006 (ON), a candidatura de financiamento comunitário da rede do Metro do Porto, assiste-se apenas a um desenlace do significativo excursão sobre o papel e a importância vital da Área Metropolitana do Porto.

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, marcou profundamente o perfil e a história da CCDR-N. Em primeiro lugar, por efeito das obrigações na gestão dos apoios de pré-adesão e, posteriormente, dos programas operacionais regionais integrados nos Quadros Comunitários de Apoio, proporcionando a participação da instituição em iniciativas e projectos que marcam a vida da região: da despoluição da bacia do Ave à classificação do Alto Douro Vinhateiro Património da Humanidade, da Casa da Música ao recente Instituto Ibérico de Nanotecnologias, em Braga. Depois da infra-estruturação básica do território, da qualificação de redes e serviços, destacam-se agora as esferas da ciência, da economia, da criatividade.

A realidade da União Europeia traz ainda para o topo da lista das prioridades nacionais as políticas ambientais e, afins a estas, as de ordenamento do território. Qualidade da água e do ar, protecção de solos e recursos naturais, tratamento de resíduos, gestão de áreas protegidas, biodiversidade dominam o “acervo comunitário” e novas especializações técnicas. Também por esse motivo, as atribuições de ambiente e ordenamento do território são, nos anos 90, progressivamente desintegradas da instituição e transferidas para organismos específicos, sendo apenas restabelecidas a partir de 2003 e, na prática, de forma progressiva.

Outro importante reflexo do novo ambiente político criado pela orientação europeia do país é o que se espelha na esfera das relações de cooperação transfronteiriça, especialmente com a Galiza. A 31 de Outubro de 1991 é celebrado, na CCDR-N, no Porto, entre os presidentes Luís Braga da Cruz e Fraga Iribarne, o acordo constitutivo da Comunidade de Trabalho Galiza - Norte de Portugal, num acto que abre caminho à primeira das instituições de cooperação transfronteiriça na Península Ibérica e à aproximação das administrações e dos municípios das duas regiões vizinhas.

O mesmo pioneirismo projecta-se, mais recentemente, na criação do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galiza – Norte de Portugal, organismo dotado de capacidade e autonomia jurídicas, promessa de uma nova era no desenvolvimento da Euro-região celebrada a 22 de Setembro de 2008 pelos presidentes da CCDR-N e da “Xunta”, Carlos Lage e Emílio Pérez Touriño, ambos defensores da linha Porto – Vigo nas primeiras prioridades do plano ibérico da “Alta Velocidade” ferroviária.

Anos antes, em 2000, por inspiração da experiência feliz com a Galiza, era constituída a Comunidade de Trabalho Norte de Portugal – Castela e Leão, tendo nas relações de fronteira e no vale internacional Douro/Duero os eixos estruturantes de cooperação.

Mas a participação histórica da Região do Norte, através da CCDR-N, na integração comunitária é ainda particularmente activa no que respeita à chamada “cooperação inter-regional”. Afinidades e interesses regionais justificam nos anos 90 um especial *engagement* no *lobby* institucional europeu das regiões vitivinícolas – a Assembleia das Regiões Europeias Vitícolas – de que virá, por duas vezes, em 1998 e em 2003, a presidência da CCDR-N a assumir a liderança: neste caso, Luís Braga da Cruz e Arlindo Cunha.

Especiais relações de proximidade na Conferência das Regiões Periféricas Marítimas e com a sua Comissão do Arco Atlântico, das quais a CCDR-N é membro fundador, tornam ainda possível, em 1998, a instalação no Porto da Célula Prospectiva daquela organização europeia. Assinala-se então um património de relacionamento que terá o seu mais recente desenvolvimento na atribuição à CCDR-N, já em 2007, e por concurso internacional, das funções de autoridade de gestão do programa operacional transnacional “Espaço Atlântico”.

## Um laboratório para uma Região

Retrospectivamente todas as histórias parecem adquirir um sentido. No caso da CCDR-N e de todas as suas anteriores encarnações organizacionais (com as suas respectivas siglas), esse sentido, espécie de teleologia, parece ter sido quase sempre evidente e consciente, embora episodicamente recalcado. A ideia de um modelo de governação regional ou da criação das regiões administrativas em Portugal Continental assemelha-se nesta história a um espectro sempre presente. De tal modo que é possível perceber e explicar a CCDR-N, sua natureza e funções, como se fosse o “laboratório de uma Região Administrativa” e a sua história como o necessário ensaio laboratorial desse projecto.

Datam dos finais de 70, início dos anos 80, os primeiros esforços técnicos realizados pela então CCRN no sentido de preparar o caminho da reforma que tomará o nome de Regionalização. Em 1982, é publicado por iniciativa legislativa o primeiro

programa de implementação das regiões administrativas. O período que antecede o referendo da institucionalização “em concreto” desse desiderato constitucional em Portugal Continental, malgrado em 1998, assinala o segundo grande ciclo de estudos, proposição de modelos, análises prospectivas ou comparadas com casos internacionais. Desassomburada e naturalmente, a Regionalização inscreve-se na história e no projecto de devir da instituição.

No plano institucional interno, após anos de fragmentação organizacional, Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN) e Direcção Regional de Ambiente e Ordenamento do Território (DRAOT-N) fundem-se, dando origem em 2003 à CCDR-N. Esta fusão, espécie de “refundação”, é reclamada por muitos no sentido de restituir ao projecto e história da instituição a ambição de integração e coordenação regional de políticas que os definia: visa-se assim reforçar a articulação dos exercícios de planeamento regional com os instrumentos de ordenamento do território e as políticas de ambiente, aumentando a eficácia da instituição como um todo.

Mais recentemente, a vocação de coordenação regional é valorizada no desenvolvimento da Região Demarcada do Douro e do Alto Douro Vinhateiro Património da Humanidade, na instituição da Estrutura de Missão do Douro (EMD). Criada formalmente em Setembro de 2006 na esfera da CCDR-N e na dependência de um conjunto de tutelas políticas, a EMD visa prosseguir, fundamentalmente, atribuições de coordenação, articulação e concertação de políticas, estratégias, instrumentos de planeamento ou gestão, iniciativas e recursos. Por outras palavras, executar competências de administração regional, superando fragilidades e desobstruindo canais decisivos na rede institucional de suporte ao desenvolvimento.

A participação na geração de um conjunto diversificado de instituições do Norte será, em certa medida, um substitutivo do que seria uma política de estruturação de organismos executivos ou de especialidade da região. Nos anos 80 e 90, para vencer um vazio institucional regional, a CCDR-N lança-se no apoio à criação de institutos científicos e entidades associativas em domínios culturais, agro-florestais e de cooperação.

O estímulo da CCDR-N à rede institucional da região, em particular na esfera da ciência e nova economia conhece, em 2007 e 2008, duas realizações assinaláveis: a instituição está na origem da constituição do Pólo de Competitividade e Tecnologia da Saúde e, mais tarde, do consórcio de I&D em saúde I3S, que resulta da fusão do IPATIMUP, INEB e IBMC. Em ambos os casos, os actos constitutivos destas instituições são simbolicamente celebrados na CCDR-N.

A Regionalização regressará ao discurso da CCDR-N partir de 2006: o objectivo de devolver a reforma à agenda pública da região e do país é declarado expressamente pela sua presidência, como prioridade e resposta à situação de perda que o Norte de Portugal evidencia. E será com um sentido de urgência que, a 29 de Abril de 2009, o Conselho Regional do Norte aprova, por unanimidade, a “Deliberação da Alfândega”, relativa à “Evolução do Modelo de Governação Regional em Portugal”.

Constituído pelos 86 presidentes de câmara municipal e por cerca de duas dezenas de representantes do tecido económico, social, científico e cultural, o órgão da CCDR-N reclama a Regionalização como reforma indispensável para “modernizar o Estado, aprofundar a Democracia e desenvolver as Regiões”. Nessa deliberação, o Conselho Regional entende que “se torna imperioso instituir, em concreto, as regiões administrativas durante a próxima legislatura, reclamando dos principais actores políticos nacionais a explicitação das acções necessárias e um compromisso político firme para a concretização desse desiderato constitucional”.

Se a CCDR-N é um laboratório, actor e instrumento, entre persistências e descontinuidades, o Norte é uma região simultaneamente singular e plural, marcante e promissora na vida do país, confrontada com o seu devir.

Setembro 2009

Texto: J. Sobrado

# Quadro de Presidentes



05.09.2005 a ...

Carlos Cardoso Lage



06.10.2004 a 04.09.2005

João Eduardo Moura de Sá



21.05.2004 a 05.10.2004

António Jorge Guedes Marques

[em regime de substituição]



01.10.2003 a 21.05.2004

Arlindo Marques Cunha



10.01.2003 a 30.09.2003

Cristina de Azevedo

[em regime de substituição]



29.10.2001 a 09.01.2003

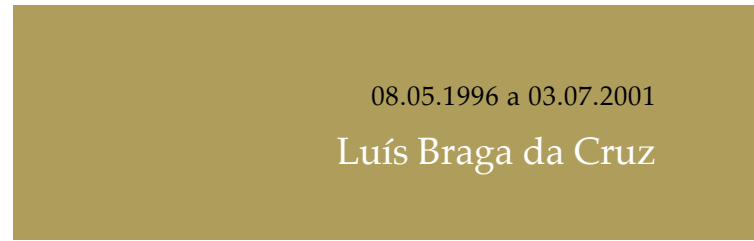
Isabel Cardoso Ayres



04.07.2001 a 28.10.2001

Cristina de Azevedo

[em regime de substituição]



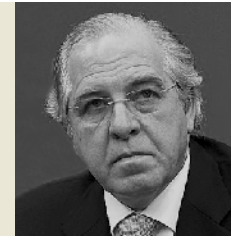
08.05.1996 a 03.07.2001

Luís Braga da Cruz



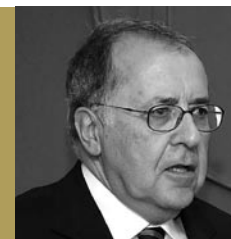
06.02.1995 a 07.05.1996

José Silva Peneda



19.02.1986 a 05.02.1996

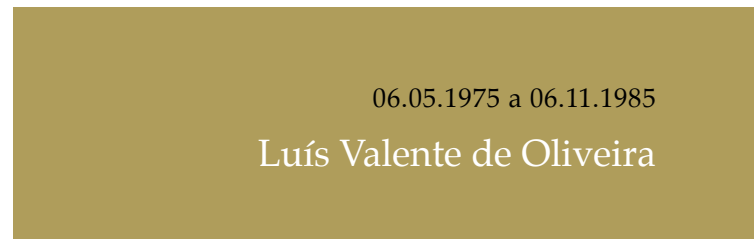
Luís Braga da Cruz



07.11.1985 a 18.02.1986

Armando Pereira

[em regime de substituição]



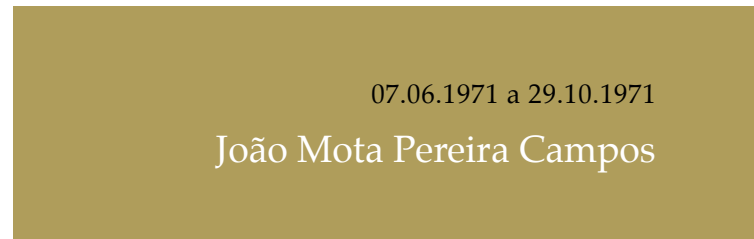
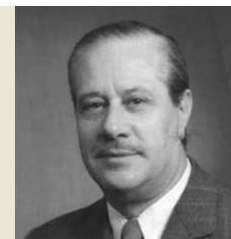
06.05.1975 a 06.11.1985

Luís Valente de Oliveira



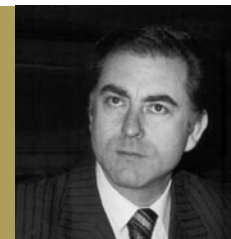
29.02.1972 a 05.05.1975

António Eduardo Carneiro



07.06.1971 a 29.10.1971

João Mota Pereira Campos



# Concerto Comemorativo dos 40 anos da CCDR-N

## Programa

### Prelúdio da Suite nº1 em Sol Maior de J. S. Bach

*Tributo a Guilhermina Suggia (n. Porto, 1885 – 1950)*

### Quarteto de Cordas nº3 em Fá Maior Opus 73

(Dmitry SHOSTAKOVICH) 1946

Allegro

Moderato con Moto

Allegro nom Tropo

Adagio

Moderato

Nesta peça, Shostakovich pode dar curso ao seu humor grave, dramático, realizando ao mesmo tempo uma mutação, quase mozartiana, da dor numa arte soberana e numa invenção inesgotável. No plano estritamente instrumental, esta partitura revela uma plástica pouco corrente, enquanto dá a cada um dos instrumentos o meio de brilhar pela intensidade e pelo timbre.

### Quinteto para Clarinete e Quarteto de Cordas

em Lá Maior K 581 (W.A. MOZART), 1789

Allegro

Adagio

Mínuetto e Trio

Allegro con Variazioni

Escrito para o seu amigo Anton Stadler (e por essa razão também conhecido como “Quinteto Stadler”), na altura da Revolução Francesa, em pleno ano de 1789, foi a primeira obra da História da Música que juntou o Clarinete ao Quarteto de Cordas. Cheia de alegria, luz e esperança, esta obra contrasta com os enormes problemas que Mozart viveu naquela altura, confirmando talvez a máxima que em épocas de grande crise os artistas, contrariamente, desenvolvem períodos muito criativos.

### Artistas

Carlos Piçarra Alves, Clarinete

Marco Pereira, Violoncelo

Quarteto de Cordas de Matosinhos (Vitor Vieira e Juan Maggiorani, violinos;

Jorge Alves, viola; e Marco Pereira, violoncelo)

### Coordenação Artística

Carlos Piçarra Alves